

Cadernos de estágio

O Estágio Supervisionado obrigatório: uma análise do ensino de língua portuguesa no contexto escolar

Larissa Brilhante¹

Informações

1 larissa.brilhante33@gmail.com

Como citar este texto

BRILHANTE, L. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO ESCOLAR. Cadernos de Estágio, v. 6, n. 2, 2024. DOI: [10.21680/2763-6488.2024v6n2ID37833](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2024v6n2ID37833).

ENTRE TEORIA E PRÁTICA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O estágio supervisionado é uma etapa fundamental na formação docente, pois permite ao futuro professor vivenciar, na prática, os desafios e as realidades do ambiente escolar, proporcionando um espaço de reflexão e aprendizagem contínua. Durante o período em que estive inserida na escola para cumprir o meu Estágio Supervisionado de Formação de



Professores, pude observar de perto as práticas pedagógicas adotadas, além de compreender como os princípios educacionais estabelecidos pelos documentos oficiais se materializam no dia a dia da sala de aula.

No Brasil, a educação é regida por um conjunto de normas e diretrizes que visam assegurar a qualidade e a equidade no ensino. Entre os principais documentos que norteiam a prática educativa estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), as Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2002) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Esses documentos são fundamentais para garantir que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de maneira estruturada e coerente, atendendo às necessidades de formação integral dos estudantes.

No contexto do ensino de Língua Portuguesa, todos esses documentos destacam a importância de um ensino que vá além da mera transmissão de conteúdos gramaticais descontextualizados, promovendo, ao contrário, o desenvolvimento de competências comunicativas por meio da interação com textos autênticos e situações reais de uso da linguagem. A BNCC (2018), em particular, propõe um ensino de Língua Portuguesa organizado em eixos que abrangem práticas de oralidade, leitura/escuta, produção escrita e análise linguística,

sempre considerando os diversos contextos em que essas práticas ocorrem.

Isso é atestado e discutido pelos pensadores Bispo e Silva (2023, p. 370), conforme explicitado:

Na BNCC, o ensino de Língua Portuguesa é organizado em quatro grandes eixos, que contemplam as práticas de linguagem já consideradas em outros documentos curriculares da área. São eles: oralidade; leitura/escuta; produção escrita e multissemiótica; e análise linguística/semiótica, esta compreende conhecimentos linguísticos (sistema de escrita, sistema da língua e norma-padrão), conhecimentos textual-discursivos e conhecimentos dos elementos de outras semioses. Dado que esses eixos se relacionam à práticas de linguagem situadas, a BNCC leva em conta outra categoria na organização do currículo, a saber: os campos de atuação em que essas práticas se realizam. Para o EF, são considerados cinco campos: Campo da vida cotidiana (apenas para os anos iniciais), Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico-midiático e Campo de atuação na vida pública. No EM, registra-se o Campo da vida pessoal em lugar do Campo da vida cotidiana; os demais campos são os mesmos indicados para o EF.

Logo, o currículo de Língua Portuguesa está organizado não apenas a partir de eixos como oralidade, leitura, produção escrita, e análise linguística, mas também considerando os campos de atuação em que essas práticas de linguagem se realizam. Para o Ensino Fundamental (EF), são estabelecidos cinco campos principais: campo da vida cotidiana, destinado apenas aos anos iniciais, campo artístico-literário, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública. Esses campos têm a função de situar a linguagem em contextos sociais específicos, conectando o ensino de língua às práticas sociais

reais e concretas.

No Ensino Médio (EM), a categoria campo da vida pessoal substitui o campo da vida cotidiana, refletindo uma mudança nas demandas e interesses dos alunos dessa faixa etária, que se voltam mais para questões de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal. A inclusão desses campos na organização do currículo é significativa, pois aproxima o ensino da linguagem das práticas cotidianas dos alunos, incentivando um aprendizado contextualizado e funcional, em consonância com a vida social e os desafios do mundo contemporâneo.

Essa categorização visa a desenvolver competências comunicativas que permitam ao aluno atuar de forma crítica e reflexiva em diversos contextos, favorecendo a compreensão e a produção de discursos adequados às diferentes esferas de atividade. Ao alinhar o ensino a esses campos de atuação, a BNCC propõe uma educação que vá além do ensino fragmentado da gramática, privilegiando o uso prático e contextualizado da língua.

Segundo Bispo e Silva (2023) a perspectiva para o uso e a reflexão sobre a análise linguística nos documentos educacionais enfatiza um ensino de gramática que vai além da memorização de regras. Essa abordagem busca integrar a gramática ao uso real da língua, promovendo uma reflexão crítica sobre como e por que as estruturas linguísticas são utilizadas em diferentes contextos. É

nesse sentido que “[...] a despeito do que registram os compêndios gramaticais normativos, as regras da língua (de ordenação de termos, de concordância, de regência etc.) estão sujeitas a mudanças e obedecem a uma dinâmica fincada em situações de uso efetivo”. (Bispo e Silva, 2023. p. 359).

A intenção, portanto, é que os alunos desenvolvam uma compreensão prática e significativa da gramática, aplicando-a na leitura, interpretação e produção de textos de forma consciente e crítica. Essa perspectiva valoriza a língua como um fenômeno vivo e dinâmico, incentivando os alunos a analisarem e refletirem sobre as variações linguísticas e suas funções comunicativas. Nesse sentido, o ensino da gramática deve, indubitavelmente, partir de um uso contextualizado.

“Dessa forma, a orientação para o trabalho docente, diferentemente da abordagem tradicional, não seria calcada na prescrição normativa, mas deve tomar por base a observação das regularidades atestadas nas diversas interações comunicativas” é o que aponta ainda Bispo e Silva (2023. p. 372). A partir disso e considerando a importância desse estudo, pesquisas recentes da teoria funcionalista, dentro do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (D&G/UFRN), avançam na interface da Linguística Funcional e no ensino de Língua Portuguesa.

É nesse cenário, de muita pesquisa, que se insere o ensino moderno de português, que deve ser focado na formação de cidadãos críticos, capazes de utilizar a linguagem de maneira eficaz nas mais variadas situações comunicativas. Durante o estágio, minha observação focou em como essas diretrizes e propostas modernas de ensino são aplicadas na prática, revelando uma série de desafios e contradições que se fazem presentes no ambiente escolar.

A DESCONEXÃO ENTRE AS DIRETRIZES NACIONAIS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS VIVENCIADAS NO ESTÁGIO I

56

A análise das práticas pedagógicas observadas evidencia uma desconexão preocupante entre as diretrizes estabelecidas pelos documentos norteadores nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), e a aplicação prática dessas orientações no contexto escolar. A BNCC, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) e as Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2002), destaca a importância de um ensino de Língua Portuguesa que valorize a produção e recepção de textos em múltiplos contextos, promovendo a inserção dos alunos na cultura letrada e ampliando as possibilidades de participação social e o exercício da cidadania.

Contudo, as práticas observadas de-

monstram que a abordagem adotada no estágio estava excessivamente focada em métodos tradicionais e descontextualizados, especialmente no que se refere às avaliações. A BNCC (2018) organiza o ensino de Língua Portuguesa em quatro grandes eixos: oralidade, leitura/escuta, produção escrita e multissemiótica, e análise linguística/semiótica, com o objetivo de garantir que os conteúdos gramaticais sejam trabalhados de maneira integrada, tendo o texto como unidade central de ensino. No entanto, as provas aplicadas na escola revelaram uma fragmentação do conhecimento, com questões isoladas e sem conexão com textos autênticos ou contextos reais de uso da linguagem.

A prevalência de avaliações tradicionais e descontextualizadas gerou preocupações sobre a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Observou-se que o ensino de Língua Portuguesa era conduzido de forma monótona e repetitiva, o que denota a necessidade de uma revisão metodológica para tornar o processo pedagógico mais dinâmico e relevante para o engajamento dos estudantes. Verificou-se ainda uma falta de planejamento adequado, evidenciada pela ausência de adaptações curriculares para alunos com necessidades especiais, apesar de as diretrizes da escola ressaltarem a importância da inclusão. Esse desalinhamento entre o planejamento teórico e a prática educacional revela a persistência de uma aborda-

gem limitada, tanto no uso de tecnologias quanto na implementação de métodos pedagógicos inovadores.

Além disso, o gerenciamento de turmas em situações desafiadoras, como aquelas com contextos familiares problemáticos, também apresentou dificuldades, destacando a complexidade do trabalho docente em determinados ambientes. A descontextualização das provas foi um elemento recorrente, com a aplicação de avaliações que se limitavam a questões gramaticais isoladas, sem a integração de textos ou situações de uso da língua, o que comprometeu o desempenho dos alunos e a qualidade do processo avaliativo. Ademais, os resultados insatisfatórios de grande parte dos alunos em diversas disciplinas, como história e geografia, confirmam a necessidade de uma revisão das práticas avaliativas. A desconexão entre as provas aplicadas e os conteúdos trabalhados, somada à ausência de um enfoque contextualizado, prejudicou o processo de aprendizagem, evidenciando a urgência de uma formação continuada para os professores e a implementação de novas estratégias pedagógicas.

Essa realidade contrasta fortemente com os princípios da BNCC (2018), que busca promover uma educação voltada para práticas de linguagem situadas, e com a perspectiva funcionalista, que, conforme Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014), propõe que o ensino deva partir da observação das estruturas lin-

guísticas em situações de uso efetivo da língua. Essa abordagem visa desenvolver uma competência comunicativa adequada às múltiplas demandas sociais, aproximando o ensino das práticas sociais concretas. Portanto, a dificuldade observada nas práticas pedagógicas limita o potencial de desenvolvimento integral dos estudantes, distanciando-se das diretrizes educacionais nacionais e das abordagens linguísticas contemporâneas. É notória a necessidade de uma revisão dos métodos de avaliação, além da capacitação contínua dos docentes e a adoção de tecnologias educacionais que possam contribuir para a criação de um ambiente de aprendizado mais eficaz e significativo.

Portanto, é essencial que as práticas avaliativas nas escolas sejam repensadas e alinhadas às orientações curriculares nacionais, priorizando um ensino de Língua Portuguesa que considere a função comunicativa da linguagem em contextos situados. Isso inclui a integração de atividades de análise e de reflexão linguística que partam da observação de usos reais da língua, promovendo, assim, uma aprendizagem mais significativa e conectada com as necessidades sociais e cognitivas dos alunos.

Logo, a capacitação contínua dos professores, aliada à adoção de tecnologias educacionais e estratégias pedagógicas inovadoras, é fundamental para a implementação de um ensino que esteja em consonância com a perspectiva in-

teracionista e emancipatória da língua e linguagem, bem como com os princípios estabelecidos, principalmente, pela BNCC (2018) e pelas teorias linguísticas contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, a experiência de estágio revelou uma série de desafios e discrepâncias entre os documentos oficiais que regem o ensino e a prática pedagógica observada. Embora os documentos norteadores enfatizem um ensino de Língua Portuguesa voltado para a contextualização e a integração de práticas de linguagem, a realidade da sala de aula muitas vezes se distancia desses princípios. A ênfase nas avaliações tradicionais e descontextualizadas compromete o desenvolvimento integral dos alunos, limitando a aplicação prática do conhecimento e a valorização da competência comunicativa em situações reais de uso da língua.

Essa abordagem, além de desmotivar os alunos, não atende às demandas sociais e cognitivas que a educação deve priorizar. As observações feitas ao longo do estágio evidenciam a necessidade urgente de reformular as práticas pedagógicas, com um foco maior na contextualização do ensino e na aplicação dos conhecimentos em contextos autênticos. Isso requer não apenas uma mudança na forma de avaliação, mas também um compromisso contínuo com a capacitação docente e a adoção de metodologias que alinhem a prática educativa às diretrizes educacionais vigentes no Brasil, assim como às necessidades reais dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Sintaxe na Educação Básica. In: **Sintaxe da Língua Portuguesa**. Natal: EDUFRN/SEDIS, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. v. 2.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. **Linguística funcional centrada no uso e ensino de português**. Gragoatá, Niterói-RJ, v. 19, n. 40, p. 80-104, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.